

**Título: Articulação entre os documentos institucionais e a coerência nos planos de ensino das disciplinas de formação pedagógica na Licenciatura em Matemática.**

**Eulália Nazaré Cardoso Machado<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>IFSP – Câmpus Araraquara. e-mail: eulalia\_machado@ifsp.edu.br

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo estabelecer uma relação de articulação e coerência entre os documentos institucionais, projeto pedagógico do curso e os planos de ensino das disciplinas de formação pedagógica.

**Palavras-chave:** Ação docente. Formação pedagógica. Licenciatura. Missão Institucional.

**Linha Temática: Formação Inicial e Continuada de Professores (FP)**

## **1 INTRODUÇÃO**

O papel social da educação é inegável e, tratando-se de ensino superior, principalmente na Licenciatura, desempenha papel crucial na produção e disseminação do conhecimento e estabelecimento de relações sociais. A sociedade atual requer uma educação comprometida com mudanças e transformações sociais, o que demanda leitura da realidade social, visão crítica e um posicionamento cidadão/profissional consciente, frente ao que é posto como desafio para uma Educação progressista e emancipatória. Nessa perspectiva, faz-se necessário o entendimento e o conhecimento da realidade em que se atua e/ou pretende-se atuar, o que exige, no mínimo, uma visão ampla do contexto acadêmico e as normatizações decorrentes deste. Desta forma, os planos de ensino do professor não podem estar desconectados do contexto do projeto de curso, assim como o projeto de curso não pode estar desconectado do contexto institucional. A relação dos planos de ensino das disciplinas de Formação Pedagógica e Práticas Pedagógicas, numa abordagem crítica, devem estar em consonância com os documentos institucionais, razão pelos quais são referenciais para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e, conseqüentemente, estabelecem as diretrizes para a ação educativa.

Assim, conhecer os documentos institucionais é o primeiro passo para o estabelecimento da relação entre eles. Os planos de ensino de formação e práticas pedagógicas, presentes no projeto pedagógico do curso, devem estar alinhados aos documentos institucionais, como é o caso do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), do PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e da Organização Didática, que são os balizadores para as ações educativas, pois versam sobre os princípios filosóficos adotados pela instituição, sua organização e sua estrutura. Encontrar a coerência e a articulação dos conceitos abordados, buscando desde os documentos maiores em termos macro, até chegarmos aos planos, é um desafio grande, pois nem sempre observamos uma ação concatenada com os valores e os princípios institucionais. Muitos dos profissionais que elaboram os planos de ensino desconhecem os documentos balizadores, bem como a legislação vigente para os cursos em que atuam, além de não dominarem os conhecimentos pedagógicos inerentes à profissão docente, ficando no domínio dos conhecimentos específicos de suas disciplinas, sem o conhecimento da possibilidade de interação e interlocução entre os componentes curriculares, com a finalidade de se atingir a missão institucional. Para melhor entendimento, dividimos esse estudo em três tópicos centrais.

## **2 OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E O TRABALHO DOCENTE**

O trabalho docente requer o conhecimento dos documentos institucionais, isto porque a ação docente necessita respaldar-se nos balizadores que caracterizam tal instituição e, desta forma, atender satisfatoriamente a missão estabelecida pelo estabelecimento de ensino. O decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, em seu art. 15 e 16, apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como documento necessário ao pedido de credenciamento da instituição junto ao Ministério da Educação (MEC).

Por sua vez, o Plano de Desenvolvimento Institucional é um instrumento de gestão sob a forma de planejamento flexível, pautado em objetivos e metas para um período determinado. Sua elaboração deve ser de caráter coletivo e os referenciais são os resultados da avaliação institucional. Entende-se por avaliação institucional, o resultado do trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída a partir da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico.

Tratando-se do PDI, esse deve apresentar os seguintes eixos temáticos: perfil institucional, gestão institucional (organização administrativa, política de atendimento ao discente, organização e gestão de pessoal), organização acadêmica (organização didático-pedagógica, oferta de cursos e programas presenciais e à distância), infraestrutura, aspectos financeiros e orçamentários, bem como avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. Nesse sentido, é importante salientarmos que o PDI articula-se ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

No que tange ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), esse constitui um importante instrumento teórico-metodológico que define as políticas para a organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino, parametrizando as ações voltadas para a consecução de sua missão e de seus objetivos. Desse modo, o PPI é composto por princípios, finalidades e eixos norteadores de caráter político e filosófico, que definem as condições de homem e de sociedade almejados, além de estabelecer o conjunto de valores que a instituição assume. O PPI, portanto, define o que se tem intenção de realizar no futuro, adquirindo, por conseguinte, uma dimensão utópica, devendo transformar em real os princípios e práticas subjacentes a uma instituição.

Já em relação aos cursos, esses são propostos a partir do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e devem dialogar com o PDI, o PPI e demais documentos institucionais, incorporando os valores e princípios, com o intuito de respaldar suas ações. O PPC, dessa maneira, define a identidade formativa nos âmbitos humano e profissional, além de apresentar concepções e orientações pedagógicas, matriz curricular e estrutura acadêmica de seu funcionamento. Também compõem o PPC, o plano de ensino das disciplinas e seu tratamento metodológico, os objetivos, o ementário, o conteúdo programático, os critérios de avaliação, os recursos utilizados e a bibliografia básica e complementar. É importante destacarmos que, em relação ao ementário e ao conteúdo programático, há uma diferença de concepções. Respectivamente, o primeiro termo é entendido por ser a apresentação da essência da disciplina, enquanto que o conteúdo programático especifica os temas ou assuntos que serão estudados, ou seja, apresenta os conhecimentos sistematizados que devem estar associados e articulados em nível crescente de complexidade, de forma a garantir o aprendizado.

Vale ressaltarmos também, que o plano de ensino possui estreita relação com o plano de curso, no que se refere à coerência e integração de ações, assim como o plano de curso deve estar em plena articulação com os documentos institucionais, garantindo, dessa forma, que o que se prevê em termos macro, seja desenvolvido e contemplado na ação docente.

Por fim, o PPC é a referência de todas as ações e decisões do curso. Segundo Tardif e Lessard, “[...] o ensino se tornou um trabalho especializado e complexo, uma atividade rigorosa, que exige, daqueles e daquelas que a exercem, a existência de um verdadeiro profissionalismo” (TARDIF e LESSARD, 2013, p. 9). Nesse sentido, conhecer os documentos institucionais é fator primordial para um trabalho em estreita relação com os propósitos institucionais, além de constituir um ato de profissionalismo consciente.

### **3 CONHECENDO OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS NO IFSP**

Ao abordarmos a questão dos documentos institucionais, uma pergunta faz-se necessária: O que os planos de ensino previstos no projeto de curso revelam-nos? Ou ainda: Estão em consonância com a concepção crítico-social, progressista e emancipadora adotada no Projeto Pedagógico Institucional? A ação pedagógica, implícita nos planos de ensino através dos objetivos, ementas e conteúdos programáticos, está voltada para a formação de profissionais competentes, ativos, críticos, participativos e comprometidos?

Nesse sentido, pretende-se, então, através de pesquisa documental, tendo como ponto de partida os documentos institucionais, estabelecer uma relação entre os mesmos, buscando identificar coerência entre eles e, conseqüentemente, construir uma visão crítica de ações continuadas ou não, nas práticas pedagógicas e estratégias adotadas na instituição, no curso superior de Licenciatura em

Matemática. Vale destacar que os documentos são publicados no site e, portanto, são de acesso público.

Vejam como a instituição entende a educação:

Compreendemos a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se [...] (IFSP, PDI, 2014-2018, p. 143).

Tal compreensão traz para si a responsabilidade de uma educação de formação integradora e emancipadora, que transpassa os conhecimentos específicos de uma educação profissional. No PDI, por exemplo, podemos observar essa responsabilidade em relação à formação integradora na missão institucional: “Construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento” (IFSP, PDI 2014-2018, p. 29). É importante ressaltar que, por prática pedagógica, entendemos o conjunto de atividades previstas, planejadas e desenvolvidas no espaço escolar e que tem relação com o processo social e, portanto, com a prática social, pois envolve a dimensão educativa e a dinâmica das relações sociais.

No que se refere à questão do docente dentro desse contexto da prática pedagógica, esse não pode perder de vista o cenário em que está inserido, pois trabalha e participa por meio das relações sociais enquanto ser histórico e social. De acordo com Tardif (2002, p.36), “a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos [...]”, mas sim a uma prática que integra diferentes saberes disciplinares, curriculares, metodológicos e experienciais, que se articulam constantemente no exercício da docência. Dessa forma, o exercício pedagógico é uma dimensão da prática social, a qual pressupõe a relação teoria-prática, sendo dever dos educadores buscarem condições necessárias à sua realização. Para Gauthier (1998, p. 343), “os saberes nos quais os professores se apoiam dependem diretamente das condições sociais e históricas nas quais eles exercem sua profissão. Parece de fato evidente que os saberes dos professores só possam ser compreendidos em relação com as condições que estruturam seu trabalho”.

Dentro dessa perspectiva, a ação docente está intimamente relacionada ao conhecimento da instituição em que se está inserida, sua missão, seus valores, as concepções adotadas, como ela se organiza, ao perfil dos discentes, ao comprometimento com esses conhecimentos, por meio de reflexão sobre o tratamento metodológico, contextualização e constante busca pelos saberes específicos e pedagógicos. A falta desse conhecimento, portanto, leva a ações isoladas, segmentadas e, muitas vezes, incoerentes com as diretrizes institucionais e com o caráter profissional da carreira do educador. Assim, quando a ação docente não revela consonância com as diretrizes institucionais, podemos dizer que essas ações, advindas da construção pessoal, são calcadas em impressões individuais e, portanto, não possuem respaldo documental.

Já em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), esse apresenta as bases filosóficas que deverão nortear as reflexões, ações e estratégias da instituição por meio de uma concepção crítico-social, progressista e emancipadora (IFSP, PPI, 2013, p. 10). Vale ressaltarmos que, por projeto, entendemos o rumo que a instituição adota e sua ação intencional com compromisso explícito de caráter político. Desse modo, “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.” (SAVIANI, 1983, p. 93).

Abaixo, selecionamos e destacamos alguns dos objetivos pretendidos no PPI, tendo como parâmetro a formação integral, a função social e a ênfase nas práticas pedagógicas reflexivas e dialéticas:

- Possibilitar a formação integral que abarque as diversas demandas sociais;
- Considerar que todas as modalidades de cursos ofertados no IFSP têm o mesmo grau de importância na utilização da infraestrutura escolar, de acesso a investimentos e excelência educacional [...];
- Prover práticas pedagógicas reflexivas e dialéticas;
- Formar, nas diversas áreas do conhecimento, profissionais comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e político regional e nacional;
- Preservar, vinculando-os à vida cotidiana, ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo;

- Considerar a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político, cultural e histórico. (IFSP, PPI, 2013, p. 10)

Portanto, diante do PDI, do PPI e dos elementos constitutivos da concepção que os mesmos abordam, podemos concluir que a instituição vislumbra uma formação que ultrapassa a parte técnica/profissionalizante, objetiva a formação plena do discente, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento, buscando, desta forma, contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, assim, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas.

### **3.1 CONHECENDO O CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO CÂMPUS ARARAQUARA**

O curso superior de Licenciatura em Matemática do câmpus, com duração de 8 semestres (4 anos), tem por objetivo geral formar professores para a Educação Básica, na área de Ciências da Natureza (Matemática).

Vale ressaltar os objetivos específicos transcritos do projeto pedagógico do curso:

Capacitar professores para compreender a ciência como atividade humana contextualizada e como elemento de interpretação e intervenção no mundo;  
Entender a relação entre o desenvolvimento da Matemática e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias à solução de problemas;  
Utilizar elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos, particularmente, alguns conteúdos básicos para entender e resolver as questões problemáticas da vida cotidiana;  
Compreender e utilizar o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão no desenvolvimento pessoal e das aulas dos futuros professores;  
Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios da Matemática para cursos presenciais e EAD;  
Elaborar projetos para o Ensino Fundamental (5º ao 9º anos), para o Ensino Médio e para o EJA, concatenados com os novos parâmetros curriculares nacionais e com a práxis educativa (IFSP, PPC, 2015, p.19).

Podemos observar que a formação docente para a educação básica é o cerne proposto, tendo em vista a interpretação e a intervenção no mundo e, para tal, propõe-se fundamentalmente contextualizar, compreender a tríade ensino, pesquisa e extensão e aplicar métodos e procedimentos em consonância com a práxis educativa e com os parâmetros curriculares nacionais.

No projeto de curso encontramos na grade curricular, “46 componentes curriculares, sendo 24 componentes curriculares de formação matemática, sete de formação complementar, seis componentes de formação pedagógica e nove de práticas pedagógicas” (IFSP, PPC, 2015). Ainda segundo o mesmo documento, “O conjunto de disciplinas foi planejado considerando a interdisciplinaridade, a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade, ou seja, um mesmo objeto de estudo é relacionado em várias disciplinas, e/ou é estudado sob vários enfoques e transcende o próprio ambiente acadêmico” (IFSP, PPC, 2015, p. 23).

Analisando o projeto de curso, encontramos disciplinas no âmbito pedagógico, sendo essas divididas em: formação pedagógica e práticas pedagógicas. As disciplinas de formação pedagógica são: História da Educação, História da Educação no Brasil, Filosofia da Educação, Didática, Psicologia da Educação, Legislação Educacional e Organização do trabalho pedagógico, totalizando 253,4 horas, oscilando entre 31,7 e 63,3 horas, para o desenvolvimento dos conteúdos e dos respectivos processos avaliativos. As disciplinas mencionadas abordam, de modo geral, em seus conteúdos programáticos, a história e a evolução da educação, desde a clássica, grega, até a contemporânea, além da história da pedagogia, políticas públicas, estudo de alguns educadores brasileiros, natureza da atividade filosófica ligada à educação, teorias da educação, escola nova/tecnicista/crítico-reprodutivistas e progressistas, teorias da aprendizagem Behaviorista/humanista/cognitivista/mediação simbólica/aprendizagem significativa, organização do trabalho pedagógico/didático e, por fim, a natureza do trabalho docente e suas relações com o sistema de ensino e a sociedade.

Quanto às disciplinas de práticas pedagógicas, que totalizam 443,3 horas, oscilantes entre 31,7 e 63,3 horas, segundo os conteúdos programáticos de seus planos de ensino, abordam em sua essência a

Educação Matemática, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as relações dos documentos oficiais com os conteúdos matemáticos, o estágio na formação de professores, pedagogias específicas (como a da Escola da Ponte), professores reflexivos, caracterização do ambiente escolar, dos estudantes e de professores de Matemática de uma escola de Ensino Fundamental II, Matemática no Ensino Fundamental, Educação Ambiental, Educação Matemática Crítica e a realidade das aulas de Matemática do Ensino Fundamental II, questões políticas e sociais presentes na Educação Matemática, Pedagogia histórico-crítica e as relações com as aulas de Matemática do Ensino.

Assim, ao totalizarmos as disciplinas consideradas pedagógicas, obtivemos 696,7 horas, perfazendo 23,79% da carga horária mínima exigida para a obtenção da titulação do aluno concluinte. Desta forma, 76,2% são dedicados aos conteúdos de matemática e de disciplinas complementares. Em uma análise mais refinada, observamos que, embora consideradas disciplinas de práticas pedagógicas, as ementas de Informática na Educação I e II versam sobre o estudo do uso de mídias eletrônicas que viabilizam o ensino e a aprendizagem em Matemática, além de desenvolvimento de projetos de intervenção em temas relacionados com os conteúdos dos componentes curriculares específicos do curso, por meio da utilização das mídias eletrônicas e dos softwares educacionais, que totalizam 63,4 horas, resultando na diminuição do índice de 23,79% para 21,63% de conteúdos pedagógicos, num total de 2.927,5 horas da carga horária mínima exigida. Desta maneira, o curso apresenta 78,37% de conteúdos matemáticos, complementares e 21,63% de conteúdos pedagógicos, o que nos remete a questões fundamentais em relação aos objetivos propostos no curso, à missão e aos objetivos institucionais.

Considerando os dados obtidos, questionamo-nos: É possível cumprir a missão “Construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à *formação integradora* e à produção do conhecimento”? É possível formar professores para a Educação Básica, na área de Ciências da Natureza, através do curso de graduação plena em Licenciatura em Matemática? O projeto do curso está articulado com o PDI e com o PPI?

Ao considerarmos a necessidade de uma sólida formação para o exercício da docência, os objetivos propostos no Projeto Pedagógico de Curso, a missão institucional, a concepção crítico-social, progressista e emancipadora, o ensino por competências previstos no PPI, e ainda a resolução recente citada acima, percebemos que os índices de carga horária (23,79%) obtidos para a formação pedagógica e práticas pedagógicas, carecem de desenvolvimento de metodologias diversificadas, interdisciplinaridade, incentivo constante à pesquisa e priorização dos conhecimentos essenciais à formação mínima exigida, tendo em vista a amplitude e complexidade dos conteúdos previstos para uma formação sólida e integradora.

Durante a análise dos conteúdos programáticos das disciplinas de formação pedagógica, excetuando-se História da Educação e História da Educação no Brasil, detectamos pouca interdisciplinaridade, ou seja, encontramos uma limitada articulação entre elas. Ainda pudemos perceber nos planos de ensino, ementários muito amplos e conteúdos programáticos pontuais que não os contemplam. Ausência de conteúdos didáticos voltados às estratégias e/ou técnicas de ensino também foi observada. Assim, as disciplinas de práticas pedagógicas voltam-se para os aspectos didáticos de temas trabalhados no desenvolvimento dos conteúdos e dos componentes curriculares específicos em Matemática, tais como: resoluções de problemas, ensino de matemática por meio da resolução de problemas, diferentes abordagens e avaliação na educação matemática.

#### **4 CONCLUSÕES**

Entendemos a docência como uma ação educativa processual e intencional, contextualizada, envolvendo os saberes específicos, interdisciplinares e pedagógicos voltados ao ensinar/aprender, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo. É inerente à docência, o planejamento sistemático e integrado em articulação com os balizadores institucionais, que levam em consideração a reflexão, as ações e as estratégias numa perspectiva crítico-social, progressista e emancipadora, envolvendo o domínio dos conteúdos, o conhecimento de metodologias, a diversidade de linguagens e tecnologias. O planejamento deve considerar os princípios e os objetivos da formação que se desenvolvem na construção dos valores éticos, linguísticos e políticos do conhecimento inerente a uma sólida formação.

É importante ressaltar que as tecnologias são ferramentas a favor da ação docente e devem ser utilizadas com a finalidade pedagógica. Já no que se refere à articulação entre a teoria e a prática, essa precisa estar fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos pedagógicos, explicitada por metodologias.

Ao retomarmos os questionamentos que emergiram durante a análise, parece-nos difícil cumprir com a formação integral nos moldes reflexivos propostos em um curso de oito semestres, cujas disciplinas essencialmente pedagógicas, tenham pouca representatividade, como é o caso de Didática.

Assim, considerando as bases filosóficas do PPI, podemos concluir que as práticas pedagógicas devem ser reflexivas e dialéticas, visando o cumprimento da missão institucional estabelecida pelo PDI, de maneira que reafirme o compromisso com uma formação cidadã, possibilitando construções intelectuais elevadas, bem como a apropriação de conceitos, habilidades e competências necessárias à intervenção consciente na realidade. Por fim, acreditamos que a ausência de descrição e/ou sugestão de metodologias nos planos de ensino das disciplinas e na organização curricular do projeto de curso, prejudica a obtenção de dados que possam justificar a relação direta com as bases filosóficas mencionadas nos documentos balizadores.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20/12/96 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 11.892, de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

FERREIRA, V. S. **As especificidades da docência no ensino superior**. Ver. Diálogo Educ., Curitiba, v.10, n. 29, p. 85-99, jan./abril. 2010.

IFSP. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. 2014-2018. São Paulo.

IFSP. PPI – Projeto Pedagógico Institucional. 2013. São Paulo.

IFSP. PPC – Projeto Pedagógico de Curso. Disponível em

<http://arq.ifsp.edu.br/ifsp/index.php/cursos/2014-08-29-14-25-06/licenciatura-em-matematica>

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 001, de 18 de fevereiro de 2002 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2 de 1º de julho de 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. LESSARD, C. **O Ofício de professor**: História, perspectivas e desafios internacionais. Trad. Lucy Magalhães. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VEIGA, I. P. **A prática pedagógica do professor de Didática**. Campinas: Papirus, 1992.